

## Indicador conjuntural ou descendência final? — Da quebra à retoma da fecundidade nas sociedades europeias\*\*

### A POLÉMICA

Provavelmente teria de se passar em França: este país conhece, de há muito, o gosto pelo debate de ideias; possui uma numerosa comunidade científica dedicada à demografia; e apresenta dois problemas demográficos prementes: é um dos países europeus com uma política governamental mais abertamente natalista — como reacção à queda da fecundidade — e alberga uma das mais importantes comunidades imigrantes na Europa — que tem estado no centro de choques culturais recentes. A verdade é que, durante 1990, espaços centrais dos *media* foram preenchidos com discussões técnicas de demografia: números que só os especialistas sabem calcular circularam abundantemente na praça pública («1,8» contra «2,1»); cientistas antes discretos insultaram-se publicamente como mentirosos, ambiciosos, racistas ou apoiantes da Frente Nacional (partido político de extrema-direita).

O que se passou? Em Abril de 1990, Gérard Calot, director do Institut National d'Études Démographiques (INED) — importante organismo de investigação demográfica —, publicou, num boletim do INED (*Population et sociétés*, 245, 1990), um artigo bastante interessante: «Fecondité du moment, fecondité des générations. Comparaisons franco-suédoises». Nele reviam-se brevemente dois procedimentos técnicos que por vezes se aplicam indistintamente na demografia: a análise transversal e a longitudinal, e a sua aplicação ao estudo da fecundidade: o «indicador conjuntural» e a «descendência final». Segundo o autor, o «indicador conjuntural» pode ser «enganador»: ao reflectir uma situação de conjuntura, pode esconder tendências pesadas, ou levar a excluir modificações futuras. A estabilização da fecundidade a um nível mais alto do que aquele que a conjuntura actualmente revela, em França, era depois sugerida: se olharmos para a evolução das descendências

---

\* Gabinete de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística e Instituto de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

\*\* Agradeço a Marie Françoise Royer Cruz e Ana Nunes de Almeida, que leram e comentaram uma versão inicial deste texto, e a Pedro Hespanha, que me facultou boa parte dos elementos do «dossier INED».

finais já calculadas e tentarmos interpretar as evoluções recentes do indicador conjuntural, a situação parece mais favorável do que a resultante da análise habitual de conjuntura.

Cientificamente, o artigo de Calot parece irrepreensível; todo o debate que se lhe seguiu está, no fundo, explicado nas suas páginas. A polémica, porém, cedo eclodiu: logo em Maio, Hervé Le Bras, investigador no INED, acusou em público a direcção do INED de privilegiar o «pessimismo demográfico». Com efeito, o número até hoje mais divulgado nos relatórios oficiais daquele organismo foi sempre o indicador conjuntural; ora este situa-se, em França, por volta de 1,8 — isto é, cada mulher, actualmente, tem, em média, 1,8 filhos —, valor que se coloca abaixo do limiar de renovação de gerações (2,1, dado o relativo equilíbrio entre sexos à nascença e o peso reduzido da mortalidade). Simplesmente — e como foi referido pelo próprio Calot —, este indicador está enviesado pelo atraso no calendário dos nascimentos que actualmente se verifica: a tendência é para se verificar uma fecundidade cada vez mais «tardia». Daí que a descendência das gerações actuais, que retardam a sua fecundidade, venha a ser superior ao que a conjuntura indica. Se aplicarmos o atraso na reprodução ao indicador de conjuntura, obteremos um novo valor: tomando o aumento da idade média ao nascimento de um filho — em França, de 1985 para 1986, houve um aumento de 2 meses (isto é, as crianças que deveriam nascer em 12 meses passaram a nascer em 14) — e aplicando-o ao actual índice conjuntural, teremos, para o caso francês, em 1986:

$$(12 + 2) / 12 \times 1,8 = 2,1$$

Por outras palavras, efectuando este cálculo, a França conhece hoje a substituição das gerações.

Todos os argumentos pessimistas ligados à queda da natalidade e que o INED normalmente veicula — o envelhecimento populacional e o peso das cargas fiscais futuras; a perda da dinâmica societal; o declínio da população e o peso crescente dos imigrantes, por exemplo — são, assim, fortemente verberados por Le Bras. Mais: sendo a política pró-natalista uma das bases da política governamental francesa, oficialmente perfilhada pelo INED, a investigação demográfica estaria enviesada pelo programa político; em qualquer caso, ela deixar-se-ia ligar a argumentos catastróficos ou politicamente extremistas sobre a população francesa.

Os vários *media* deram ampla cobertura à polémica. De um debate científico Calot - Le Bras, ela passou a envolver mais personagens e argumentos mais violentos. O seu eixo, no fundo, é simples: as diferenças de construção e interpretação entre o indicador conjuntural e a descendência final são reconhecidas por todos; mas, enquanto Le Bras condena o INED e o seu director por terem privilegiado o «pessimismo» e favorecido as interpretações negativas, Calot condena a Le Bras o não verificar que a situação da natalidade é, qualquer que seja o indicador utilizado, preocupante, e nada garan-

te o seu não agravamento no futuro (sobre a polémica, v. Dorozynski, 1990a e 1990b; Vários, 1990a e 1990b).

## O PROBLEMA TÉCNICO

Para além das querelas pessoais, há dois problemas em jogo. Um é o problema técnico: quais as diferenças entre «indicador conjuntural» e «descendência final» e qual dos indicadores deve ser privilegiado para a análise? Outro é o problema social e político: havendo ou não «renovação das gerações», quais as consequências societárias — de vários tipos — daí decorrentes?

Olhemos, em primeiro lugar, para o problema «técnico». O «indicador conjuntural» e a «descendência final» resultam da aplicação de duas lógicas distintas de análise demográfica: a análise «transversal» e a «longitudinal». A análise «transversal» procura verificar, num dado momento do tempo, uma dada situação: relaciona, para o efeito, um determinado acontecimento com o conjunto da população existente; trata-se de uma análise tendencialmente conjuntural, ou sincrónica. A análise longitudinal prefere acompanhar os factos ao longo do tempo: habitualmente, considera um conjunto de acontecimentos ocorridos num determinado período e segue a sua evolução; trata-se de uma análise tendencialmente estrutural, ou diacrónica.

No caso da análise da fecundidade, estes dois raciocínios resultam na construção de indicadores distintos. Se utilizarmos a análise transversal, deparemos com a maioria dos indicadores divulgados: a taxa bruta de natalidade e as taxas globais e específicas de fecundidade são indicadores «transversais», por relacionarem um conjunto de nascimentos ocorridos num ano com a população existente nesse ano (população total ou população feminina em idade de procriar). O indicador conjuntural de fecundidade (também conhecido entre nós por índice sintético de fecundidade ou, por vezes, descendência média), calculado com base nas taxas de fecundidade por idades, é também um indicador desse tipo: observa o total de nascimentos verificado em todas as idades fecundas para mil mulheres de cada idade, adiciona-o e sintetiza-o num valor simples — o número de filhos por mulher. A lógica de construção do indicador conjuntural é, porém, «longitudinal»: o seu cálculo baseia-se na suposição da existência de um determinado número de mulheres que vão entrar na vida fecunda (uma «coorte fictícia» de mil mulheres) e na verificação da intensidade de fecundidade desse momento nas suas diferentes idades; a consideração do mesmo efectivo de mil mulheres nas idades sucessivas dá origem à simples adição das taxas (e divisão por mil) para obtenção do valor final; este processo de cálculo constitui, em abstracto, uma tábua de fecundidade. Todos estes indicadores — taxa bruta, taxas de fecundidade, indicador conjuntural — medem uma realidade conjuntural: se, no limite, num dado ano não se verificarem nascimentos, todos adiados por um certo período de tempo, tal não significa a anulação permanente da fecundidade, mas apenas uma transferência de «calendário»

(idades nas quais ocorrem as maternidades) — eventualmente, mantendo-se os mesmos níveis de nascimentos acumulados.

A «descendência final» resulta do raciocínio longitudinal: observamos, neste caso, um conjunto de mulheres que nasceram num dado período, acompanhamos a sua vida fecunda e deduzimos o seu valor médio de filhos. O processo de cálculo é idêntico ao do indicador conjuntural: taxas de fecundidade por idades e tábua de fecundidade; somente neste caso observamos o comportamento «real» de uma geração, em vez de as confundirmos no cálculo conjuntural. A vantagem da descendência final é simples: os eventuais adiamentos da fecundidade, que se repercutem no indicador conjuntural, não fazem aqui qualquer efeito: contamos agora com o número total de filhos efectivamente nascidos, independentemente das modificações do «calendário» da fecundidade. Tomada isoladamente, a descendência final pode parecer tão «conjuntural» como o «indicador conjuntural»: a análise de uma simples geração (indivíduos que nasceram num dado ano) não nos descreverá o comportamento das gerações anteriores e posteriores; na prática, existe menor variação nos comportamentos das gerações do que alterações de calendário: uma dada geração pode diferir o momento da reprodução no tempo, mas o valor desejado — e efectivo — de filhos mantém uma certa constância. A observação dos dois índices, numa série temporal, reflecte a muito maior estabilidade do indicador longitudinal (Calot, 1990).

O ideal seria, assim, possuímos boas séries de «descendências finais»; este desejo choca, no entanto, com a principal limitação do indicador: uma vez que se baseia na observação de vidas fecundas reais, é necessário aproximarmo-nos do termo «biológico» desse período para podermos contabilizar o índice. Assim, em 1990, por exemplo, apenas as mulheres que tenham completado uma determinada idade (49 anos, termo habitual da vida fecunda para efeitos estatísticos, ou 35 anos, idade a partir da qual a fecundidade é diminuta — para maior proximidade) podem ver deduzido o seu indicador: em 1990 disporíamos, na melhor das hipóteses, da «descendência final» da geração de 1955. Estando, actualmente, várias gerações femininas em plena idade fecunda, será necessário aguardar algum tempo para verificar o seu comportamento. Tal desactualização da descendência final é compensada pelo indicador de conjuntura: com este podemos conhecer os valores na actualidade, desde que conheçamos o número de nascimentos e tenhamos uma estimativa dos efectivos femininos por idades.

Normalmente, as análises «transversais» e «longitudinais» têm coexistido pacificamente. A distinção indicador conjuntural/descendência final não é efectuada em alguns manuais; o facto de os processos de cálculo serem idênticos ilude essa necessidade. Ninguém se preocupa também com o facto de, por exemplo, na análise da mortalidade, a «esperança de vida» divulgada ser um indicador «conjuntural»: na realidade, muito dificilmente as pessoas que nascem numa determinada época viverão os anos que a conjuntura revela. Se calcularmos uma «esperança de vida final», ou «esperança de vida de geração» (neste caso, o desfasamento será muito superior: teremos

de aguardar a extinção completa de uma geração para calcular a sua esperança de vida real), esse valor será sistematicamente superior aos valores «conjunturais» revelados — pois as condições de vida têm conhecido melhorias sistemáticas. Foi apenas a existência de um contexto particular que levou à polémica descrita acima.

## O PROBLEMA SOCIAL E POLÍTICO

O segundo problema é, pois, de ordem social e política. O que está em causa é a «renovação» ou «não renovação» das gerações. Por outras palavras, pretende-se saber se o número de filhos que, em média, cada mulher tem ao longo da sua vida fecunda — indicador conjuntural ou descendência final, conforme a perspectiva adoptada — excede ou não o valor necessário à sua substituição. No actual contexto europeu, esse valor deve ser — em ambos os casos — de 2,1: apenas a existência de tal número de nascimentos implica a presença de exactamente uma rapariga no total, dada a ligeira sobremasculinidade à nascença e uma mortalidade muito reduzida nas idades fecundas (Sardon, 1990). Caso o indicador exceda os 2,1, a renovação da população está assegurada: cada mulher coloca no mundo, em média, mais de uma outra que a substitui; caso lhe seja inferior, a população encontra-se ameaçada de declínio.

O declínio causado por um indicador inferior ao limiar de renovação não é, no entanto, automático. Por um lado, o crescimento populacional depende do comportamento conjugado das taxas de natalidade, mortalidade e crescimento migratório: uma taxa de natalidade, mesmo que baixa, pode ser superior a uma mortalidade reduzida; e situações de crescimento natural negativo (número de óbitos superior ao de nascimentos) poderão ser compensadas por uma imigração líquida. Por outro lado, o número absoluto de nascimentos (e, portanto, a taxa bruta de natalidade) depende muito da composição por idades de uma população: uma composição por idades favorável — com elevada proporção de adultos — pode fazer com que um largo efectivo de mulheres fecundas continue a dar origem a gerações numerosas de crianças (ainda mais numerosas do que os valores da mortalidade), mesmo na ocorrência de indicadores conjunturais insuficientes (já a médio prazo esta situação é preocupante: a subida dos adultos à terceira idade irá provocar, tendencialmente, um excesso de mortalidade). Finalmente, poderão sempre verificar-se aumentos no comportamento reprodutivo: antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, o valor do indicador era muito baixo e depois subiu espectacularmente (tratou-se do *baby-boom* do pós-guerra); tal ideia reforça-se com a hipótese da existência de ciclos neste domínio.

Ainda que o declínio demográfico só actue no médio prazo, as consequências negativas da quebra da natalidade manifestam-se, porém, no presente. Sabe-se que a diminuição de nascimentos é o principal responsável pelo envelhecimento da população — a par, a nível regional, de alguns movimen-

tos migratórios. Para além do problema humano relacionado com o peso crescente da terceira idade, conhecem-se hoje as principais consequências económicas e sociais deste fenómeno: o aumento da carga fiscal sobre a população activa e a pressão sobre as despesas do Estado — parcialmente compensados pela criação de mecanismos alternativos de financiamento da velhice (como a privatização das reformas); a diminuição da capacidade inovativa das sociedades; as limitações do ciclo de vida actual (escola — trabalho — reforma), etc.

O problema da baixa natalidade adquire particular relevo numa época em que os valores do indicador conjuntural têm decrescido com intensidade, atingindo números nunca antes conhecidos [excepto, pontualmente, durante a Primeira Guerra Mundial (Sardon, 1990)]. Analisando a fecundidade pelo indicador conjuntural, a grande maioria dos países europeus não renova hoje as suas gerações: a média do indicador para os países da Comunidade Europeia é, actualmente (1989), de 1,6; e há vários anos que a maioria se situa abaixo de 2,1 (sobre os números de fecundidade europeia, v. Sardon, 1990, e Eurostat, 1990). Apesar da não renovação, as situações de declínio absoluto ou natural ainda são relativamente raras: em 1989, na Comunidade Europeia, só a antiga República Federal Alemã apresentava um saldo natural negativo, apesar de todos os países — com excepção da Irlanda — deterem indicadores conjunturais insuficientes; e, ainda assim, a própria RFA adquiria um crescimento absoluto positivo, devido ao elevado número de «imigrantes» (provenientes então, sobretudo, da antiga RDA; a unificação deverá ter contribuído, aliás, para algum reequilíbrio no saldo fisiológico alemão).

As causas da baixa fecundidade europeia são múltiplas e estruturais. Numa primeira fase foi habitual falar dos vários factores relacionados com a industrialização e urbanização. O aumento da proporção da população urbana e o declínio dos activos ligados à agricultura conduziram a uma alteração importante no papel económico dos filhos na família: os encargos (alimentação, vestuário, educação, etc.) aumentaram significativamente, enquanto os benefícios diminuam bastante (apoio económico na produção, sustento na velhice, etc.). O aumento progressivo das classes médias foi responsável por maiores probabilidades (e aspirações) de mobilidade social ascendente, asseguradas por um diploma escolar e beneficiadas — para pais e filhos — pela retracção da natalidade. A diminuição do impacto da religião, ligada a ambos os fenómenos, contribuiu ainda para a queda dos nascimentos. Como suporte tecnológico das motivações familiares e individuais à baixa da natalidade esteve, claramente, a grande inovação nos meios contraceptivos surgida em meados dos anos 60. Inicialmente, esperou-se que a quebra da natalidade estabilizasse no «crescimento zero» da população — um ponto em que a natalidade e a mortalidade coincidissem; foi a permanência do indicador conjuntural abaixo do limiar de renovação que fez pensar numa quebra mais profunda e mais durável, conducente a um declínio demográfico continuado. Fala-se assim hoje, sobretudo, nos factores culturais da que-

bra da fecundidade, responsáveis por uma alteração qualitativa — a «segunda transição demográfica» (Kaa, 1987); são as mudanças nos valores e atitudes, traduzidas num «individualismo» crescente, que explicam a natureza mais profunda do fenómeno. O cálculo da fecundidade é feito hoje em relação aos custos das opções de cada indivíduo: casar ou ter filhos são encarados como potenciais prejuízos para o rendimento económico ou para o aproveitamento das oportunidades de cada um; a «realização individual» passa, cada vez menos, por uma fecundidade significativa ou pela constituição e suporte de uma família estável; e a autonomização da mulher reforça estas tendências (sobre a evolução futura da família, v. Rousset, 1989).

A Europa conhece, finalmente, algumas tensões na absorção de imigrantes. Até 1973, a imigração não conheceu grandes problemas de integração: a expansão económica europeia suportou facilmente um elevado número de estrangeiros — provenientes, na maior parte, de outros países europeus (Europa do Sul). Depois de 1973, porém, a crise económica tendeu a afastar os próprios nacionais do mercado de trabalho e criou um conflito importante pelo emprego (conflito que é, em larga parte, ilusório: o tipo de actividades oferecido aos imigrantes — baixos salários, insegurança, clandestinidade — não é desejado nem se destina à maioria dos nacionais). As fontes da imigração, entretanto, diversificaram-se e aumentaram as comunidades não europeias, com contrastes culturais mais marcados. Finalmente, verifica-se um claro diferencial no comportamento fecundo dos imigrantes: o número de «estrangeiros» — independentemente da aquisição ou não da nacionalidade pela segunda geração — progride mais rapidamente do que o dos nacionais, fazendo aproximar o volume dos seus contingentes. O contraste entre o «declínio» das populações europeias e o aumento progressivo dos «estrangeiros» torna-se, assim, explosivo; a imigração coloca-se no centro de maiores debates, e verificam-se problemas interculturais crescentes, com repercussões políticas no desenvolvimento de partidos e nacionalismos radicais.

O poder político não tem podido — ou sabido — agir profundamente sobre estas variáveis. A relativa ineficácia das medidas políticas de incentivo à natalidade é conhecida; só alguns casos de países que aí investiram importantes recursos, e que normalmente não são (não eram) economias de mercado, a antiga RDA, por exemplo, em meados dos anos 70 (Kaa, 1987), ou casos recentes de características peculiares — os países escandinavos —, registaram êxitos significativos nesta área. Face à profundidade dos factores explicativos da baixa natalidade, as medidas económicas, mais ou menos ligeiras, normalmente adoptadas pelos governos, são frequentemente ineficazes. No que respeita às migrações, o êxito das políticas governamentais não tem sido também abundante: apesar do «fecho» das fronteiras, em 1973, a reunificação familiar continuou a alimentar as comunidades imigradas; e a clandestinidade dos migrantes verifica-se frequentemente. O êxito das políticas de «fecho» parece ter sido, no entanto, mais saliente nos países do

Centro e Norte europeu do que no Sul da Europa (sobre as políticas de contenção imigratória, v. Sciortino, 1990).

## A ALTERAÇÃO NOS PADRÕES DE FECUNDIDADE

A verdade é que, para além da querela técnica ou dos problemas sociais e políticos, algo parece estar a mudar (ou, para sermos mais rigorosos, algo continua — apenas, e como sempre — a mudar) na fecundidade das sociedades europeias. Calot, no seu artigo de *Populations et sociétés* (1990), analisa-o com rigor. O número de nados-vivos numa sociedade, todos os anos, é o resultado de dois factores: o volume das gerações femininas reprodutoras e a «intensidade» dos nascimentos em cada época. A «intensidade» — medida dos padrões de fecundidade existentes (opção por um determinado número de filhos) — resulta, conjunturalmente, do calendário da fecundidade: isto é, o facto de as mulheres decidirem reproduzir mais cedo ou mais tarde nas suas vidas levará a variações — não aleatórias — no número de nados-vivos todos os anos. Segundo Calot, e observando o comportamento da fecundidade, por idades das mães, em França e na Suécia, após 1970, verificam-se dois movimentos de sinal contrário: depois da difusão dos meios contraceptivos, nos anos 60, as mulheres de idade mais madura (mais de 25 anos) reduziram a sua fecundidade para, a partir de meados dos anos 70, a voltarem a aumentar — por vezes espectacularmente; as idades mais jovens (menos de 25 anos) mantiveram até 1970 uma fecundidade mais ou menos estável para, por volta dessa data, quebrarem acentuadamente. O indicador conjuntural estabilizou em França desde 1976, com o valor de 1,8, como resultado destes dois movimentos divergentes. Já a Suécia assiste actualmente ao aumento do indicador, estabilizada a fecundidade jovem e continuando a aumentar a mais adulta; o indicador conjuntural sueco subiu, nos últimos anos, para 2,0, depois de ter tocado os 1,6 no final dos anos 70 e princípio dos anos 80 (v. também Sardon, 1990).

É, pois, de esperar, segundo Calot (1990), que a «retoma dos indicadores conjunturais registada em muitos países da Europa ocidental» — em particular a Suécia e outros países escandinavos — se «generalize nos próximos anos». As «descendências finais» — cujo último cálculo, no seu texto, é para a geração de 1956 — deverão, assim, manter uma estabilidade a níveis mais altos do que os actuais indicadores conjunturais sugerem; e a própria conjuntura deverá registar melhorias. Tal pode não significar uma futura «retoma da natalidade»; significa apenas que esta não deverá descer aos valores muito preocupantes que se anteviam. Ainda nas palavras de Calot, é de esperar que a fecundidade tenha atingido um equilíbrio nas sociedades ocidentais — um equilíbrio caracterizado por «uma fecundidade mais baixa, mas sobretudo mais tardia».

152 A crítica à tendência mais pessimista que vinha alastrando — e de que Calot acabou por ser considerado o mais genuíno intérprete — foi, assim,

um dos resultados da sua análise. E, entretanto, outros sintomas de mudança ainda surgiram nas sociedades europeias: o facto de em alguns países — de novo os nórdicos — várias mulheres optarem, crescentemente, por formas de trabalho a tempo parcial, abdicando de uma carreira profissional a tempo pleno, poderá ser um deles (Roussel, 1991). Se admitirmos que o comportamento reprodutivo se processa por ciclos — como anunciava Easterlin —, poderemos augurar um novo ciclo alto de nascimentos, como o verificado após a Segunda Guerra — com o findar da guerra e das dificuldades económicas dos anos 30. A evolução futura dos valores da natalidade (e, correlativamente, dos modelos familiares) é, porém, uma questão em aberto: ou estamos perante uma retoma sustentada dos indicadores, ou se trata apenas de oscilações conjunturais em torno de um baixo nível; neste último caso, apenas um novo «catalisador» — na expressão de Sardon (1990) — (como a Segunda Guerra) poderá alterar a situação.

A verdade é que, a manter-se um valor próximo de 2,1 nos nascimentos, se continuará no limiar da renovação; caminha-se, pois, no fio da navalha. E uma futura expansão da sociedade europeia dependerá, ou de si própria — novo ciclo fecundo —, ou de uma «nova Europa» — que os imigrantes trarão consigo...

## PORTUGAL

E em Portugal? Pouco se tem escrito acerca da quebra dramática do nosso indicador conjuntural: em 1970, o valor era ainda de 3,0 (Nazareth, 1985); em 1981 e 1982 encontrava-se no limiar exacto da substituição de gerações — 2,1 (Carrilho, 1990); em 1989 reduziu-se para 1,5 (Eurostat, 1990). Curiosamente, quando olhamos a Europa, são os países antes fecundos que atingem os menores valores de reprodução: na Comunidade Europeia, em 1989, Espanha e Itália são recordistas absolutos, com 1,3, e logo após a Alemanha (1,4) encontra-se Portugal (a par da Grécia); a média da Comunidade é de 1,6 (Eurostat, 1990).

A queda da natalidade em Portugal ao longo do tempo é um fenómeno bastante estudado (no plano demográfico, v., por exemplo, Nazareth, 1977 e 1985, Morais, 1983, Barata, 1985, Cruz, 1991, Carrilho e Peixoto, 1991; num plano mais sociológico, v. Almeida, 1986). A evolução do indicador mais simples da natalidade — a taxa bruta de natalidade — (v. gráfico n.º 1) dá-nos uma ideia da evolução do fenómeno. Desde que existem observações — 1886 — até ao final dos anos 20 do nosso século, a natalidade manteve-se elevada: um pouco acima dos 30‰. A primeira quebra importante surge por volta de 1930: em dez anos o valor decresceu até aos 25‰. Entre 1940 e o início dos anos 60 voltou-se a conhecer alguma estabilidade. Após meados da década de 60, o indicador diminuiu de novo acentuadamente: em 1970 era já de 20‰; e, depois de alguma desaceleração na primeira metade dos anos 70 (período que inclui os anos imediatamente posteriores a 1974,

com aumentos da fecundidade e nupcialidade), atingiu rapidamente os 12‰ no final dos anos 80. O indicador conjuntural, por seu lado (v. gráfico n.º 2), situava-se, em 1930, nos 3,9; decresceu depois para um valor ligeiramente superior a 3,0 em 1940 e 1950 (3,2 e 3,3, respectivamente), valor que manteve em 1960 e 1970 (2,9 e 3,0 nas duas datas) (Nazareth, 1985). A maior quebra ocorreu após 1970, ao atingir os 2,1 em 1981 e 1,5 em 1989. Como se infere da comparação com a taxa bruta de mortalidade (gráfico n.º 1), só no final dos anos 80 o país se aproximou do «crescimento zero» da população, apesar de a «não renovação» se ter iniciado no início da década. A quebra recente do indicador conjuntural foi, de facto, apenas parcialmente acompanhada pela da taxa bruta de natalidade, que tem beneficiado de uma estrutura por idades favorável.

As causas da quebra da fecundidade portuguesa são múltiplas e ligam-se à modernização das estruturas sociais e económicas que Portugal conheceu a partir de finais da década de 60 — e que se acentuaram após 1974. Na prática, datam de então diferentes fenómenos: a diminuição das actividades agrícolas e a expansão do secundário e terciário; a alteração no papel económico da mulher; a urbanização; o aumento das expectativas de mobilidade social; a perda de dominância da religião; e as mudanças nos modelos culturais predominantes. A divulgação do planeamento familiar a partir dos próprios serviços médicos, após 1974, reforçou, certamente, esta tendência; e a precariedade económica ou a incipiência do apoio social à criança e à maternidade não devem também ser desprezadas. Da conjugação de todas as mudanças num curto período de tempo resultou a queda quase vertiginosa da fecundidade. O baixíssimo valor de reprodução que hoje conhecemos não está, assim, desligado de um período rápido de transição para um novo modelo de sociedade; é provável que após a estabilização das estruturas surja uma nova situação.

Tem sido menos referida a evolução dos nascimentos por idades das mães — o calendário da fecundidade. Os estudos disponíveis (Barata, 1985, Carriho, 1990, Mendes e Morais, 1990, Cruz, 1991, por exemplo) apontam para uma evolução a dois tempos. Até finais dos anos 70 (v. gráfico n.º 3) a fecundidade tendeu a concentrar-se nas idades mais jovens. Entre 1930 e 1970 apenas as mulheres de idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos não viram diminuir — ou diminuíram pouco acentuadamente — a sua fecundidade; as idades superiores a 30 anos — detentoras, no início do período, de elevada reprodução — baixaram gradualmente os seus valores. Na década de 70 acentuou-se esta tendência: só os 15-19 anos registaram ligeira subida da fecundidade; o grupo 20-24 quebrou ligeiramente; e as idades posteriores a 25 anos diminuíram muito acentuadamente. Nos anos 80 (v. gráfico n.º 4) parece verificar-se a inversão: os grupos jovens — 15 a 24 anos — diminuem agora significativamente; e as idades superiores a 25 anos, que prolongam ainda a sua quebra até meados da década, praticamente estabilizam após 1985. Noutros termos, se, até 1980, se verificou um «rejuvenescimento» da fecundidade portuguesa, actualmente poderá falar-se de um «novo modelo

de fecundidade», caracterizado por «a mulher decidir não só ter menos filhos, como ter esses filhos mais tarde» (Mendes e Morais, 1990), ou de um «envelhecimento das mães portuguesas» (Carrilho, 1990). Começa a verificar-se, assim, em Portugal, a mesma tendência que a França e a Suécia conhecem desde os anos 70 e que é relatada por Calot.

A quebra na fecundidade portuguesa poderá não ser, assim, tão acentuada como se deduz da conjuntura. Se continuar a existir a tendência para o retardamento dos nascimentos — o adiamento da fecundidade para idades mais maduras —, o indicador conjuntural português tenderá — como o da França ou o da Suécia — a aumentar; por outras palavras, as gerações actuais em idade fecunda, que diminuíram substancialmente a sua reprodução, ainda virão a originar nascimentos, simplesmente adiados no tempo. O facto de se viver, actualmente, um período de alguma convulsão nos mecanismos sociais, com a rápida modernização da sociedade, poderá também predizer uma estabilização posterior — ou uma inversão de tendência. No futuro agirão, assim, duas tendências sobre a fecundidade portuguesa: por um lado, o aparecimento dos filhos diferidos por alterações no calendário — o que tenderá a fazer aumentar o número de nascimentos; por outro lado, uma efectiva mudança de atitudes quanto ao número de filhos desejados — o que fará variar esse valor num sentido hoje desconhecido. Um ligeiro aumento da nupcialidade, em Portugal, entre 1985 e 1989 (ainda que acompanhado por um aumento da divorcialidade), poderá, neste aspecto, revelar uma tendência mais optimista na natalidade portuguesa.

Efectuemos, apenas, sobre a fecundidade portuguesa o exercício que Le Bras propõe para França para «anular» os efeitos do calendário. Segundo ele, o «atraso» no calendário da fecundidade deverá aplicar-se ao indicador conjuntural para avaliarmos correctamente a situação (é esse cálculo que lhe permite elevar o valor de 1,8 para 2,1 e despoletar a polémica com Calot). Tomemos, assim, o período 1986-1988, em Portugal: nesses anos, a idade média ao nascimento de um filho elevou-se de 26,6 para 26,8 anos (Carrilho, 1990) — isto é, registou-se um atraso de 0,2 anos (ou 2,4 meses); considerando o indicador conjuntural de 1,5, em 1988:

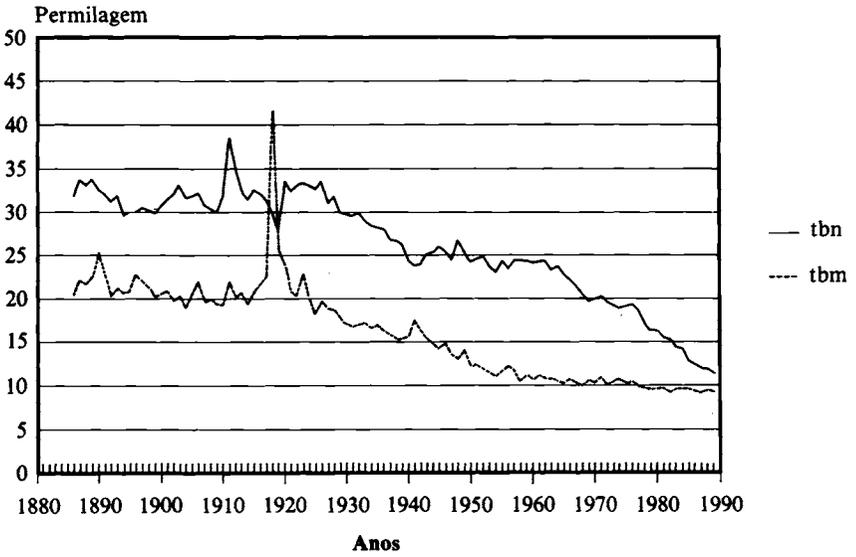
$$(12 + 2,4) / 12 \times 1,5 = 1,8$$

Por outras palavras, parte da queda conjuntural da fecundidade portuguesa tem apenas a ver com o atraso no calendário da fecundidade; se a deduzirmos, o volume de nascimentos ainda existente é de 1,8 filhos por mulher — valor ainda abaixo da renovação de gerações, mas não tão reduzido como o inicial. A outra parte da redução deriva das complexas condicionantes descritas acima.

O aumento da idade média ao nascimento deverá levar, assim, a curto prazo, a um aumento do indicador conjuntural de fecundidade em Portugal. Os restantes mecanismos sociais continuarão a responder, no entanto, pelo essencial das variações futuras.

Natalidade e mortalidade (1886-1989)

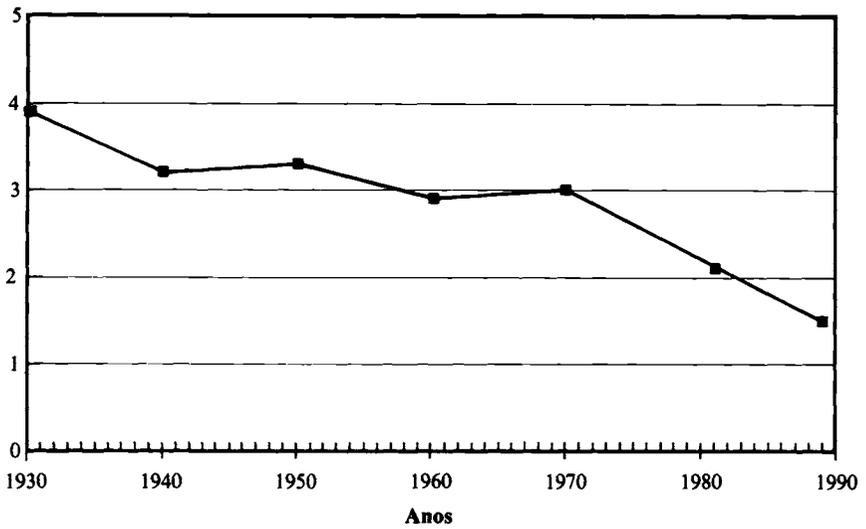
[GRÁFICO N.º 1]



Fonte: INE.

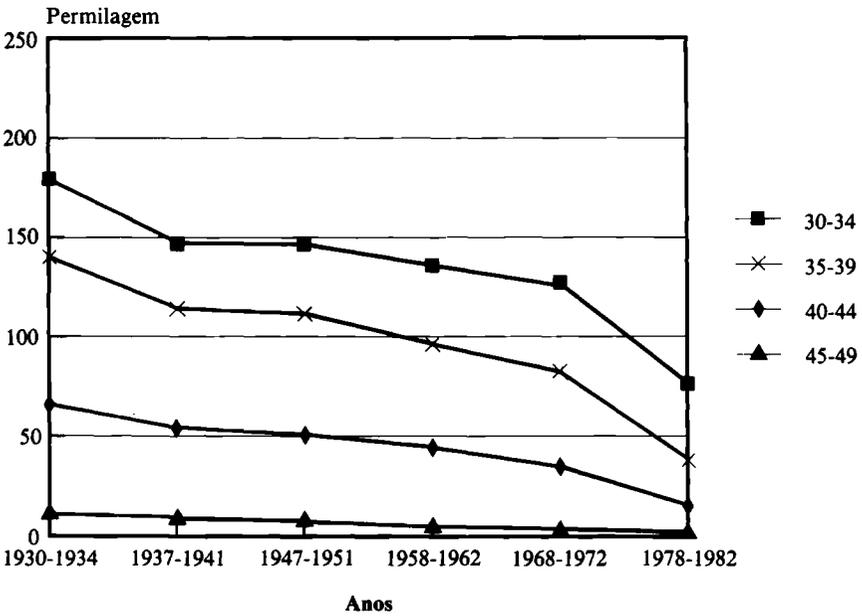
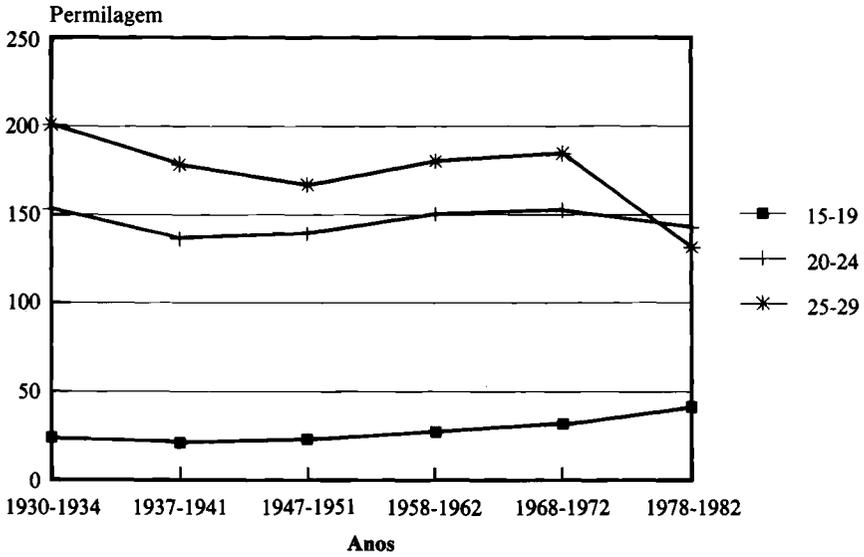
Indicador conjuntural de fecundidade (1930-1989)

[GRÁFICO N.º 2]



**Fecundidade por idades (1930-1982)**

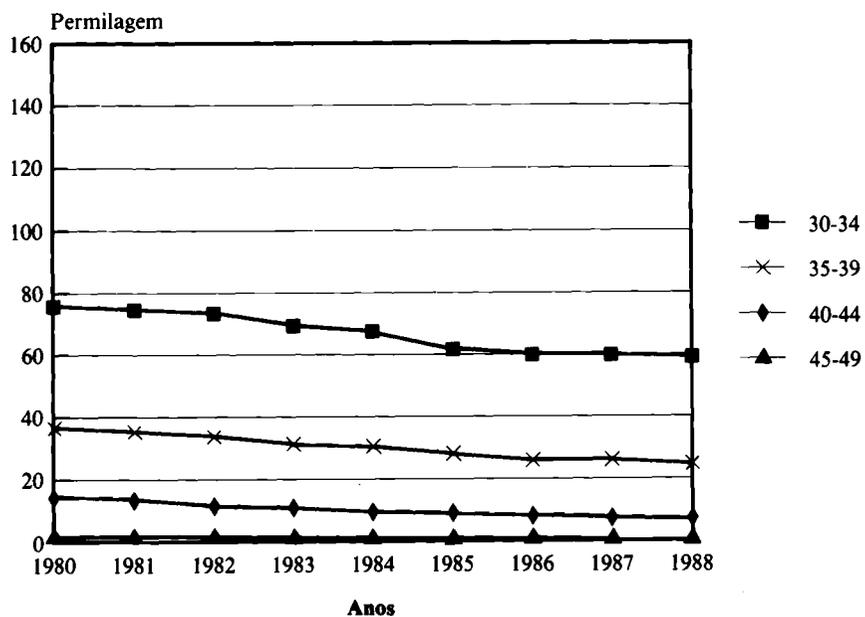
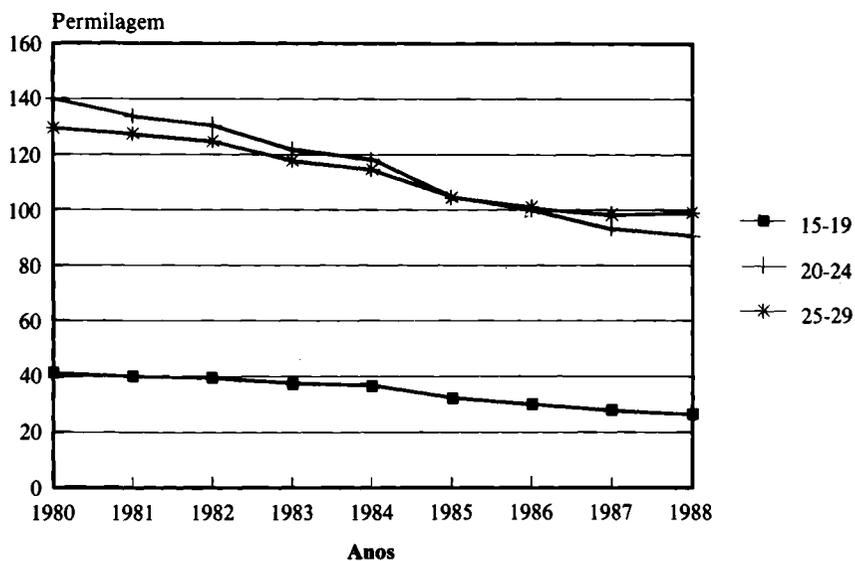
[GRÁFICO N.º 3]



Fonte: Barata, 1985.

Fecundidade por idades (1980-1988)

[GRÁFICO N.º 4]



BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. N. (1986), *Comportamentos Demográficos e Estratégias Familiares*, Lisboa, ICS.
- BARATA, O. S. (1985), «Demografia e evolução social em Portugal», in *Análise Social*, 87-88-89.
- CALOT, G. (1990), «Fecondité du moment, fecondité des générations. Comparaisons franco-suédoises», in *Population et sociétés*, 245.
- CARRILHO, M. J. (1990), *Estimativas da População Residente em 30.VI.1988 e 31.XII.1988, segundo o Sexo, por Distritos e Regiões Autónomas*, INE, Centro de Estudos Demográficos.
- CARRILHO, M. J., e J. Peixoto (1991), «Le Portugal», in J. L. Rallu e A. Blum (ed.), *European Population*, Paris, John Libbey Eurotext/INED.
- CRUZ, M. F. R. (1991), «Mudanças na fecundidade europeia durante os últimos anos: originalidade de Portugal», Seminário Internacional «Cultura chinesa e crescimento populacional (na Ásia do Pacífico)», Macau, Janeiro de 1991.
- DOROZYNSKI, A. (1990a), «Pourquoi (pour qui) l'INED a-t-il menti?», in *Science et vie*, 874.
- Id. (1990b), «Forum: l'INED a-t-il menti?», in *Science et vie*, 877.
- EUROSTAT (1990), *Statistiques rapides — populations et conditions sociales*, 4.
- KAA, D. J. van de (1987), «Europe's second demographic transition», in *Population Bulletin*, vol. 42, 1.
- LÉVY, M. L. (1990), «Le calendrier de la fecondité», in *Populations et sociétés*, 249.
- MENDES, M. F., e M. G. Morais (1990), «Uma imagem do comportamento da fecundidade das mulheres portuguesas: novos resultados através da informação censitária», Seminário «Censos 91», INE, Coimbra.
- MORAIS, M. G. (1983), «A substituição das gerações em Portugal», in *Análise Social*, 75.
- NAZARETH, J. M. (1977), «Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-1970)», in *Análise Social*, 52.
- Id. (1985), «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, 87-88-89.
- PRESSAT, R. (1990), «Retard des naissances et reproduction de la population», in *Population et avenir*, 599.
- ROUSSEL, L. (1989), *La famille incertaine*, Paris, Ed. Odile Jacob.
- Id. (1991), «La famille dans les vingt prochaines années», conferência proferida no ISCTE, Lisboa, 16 de Abril de 1991.
- SARDON, J. P. (1990), «Le remplacement des générations en Europe depuis le début du siècle», in *Population*, 6.
- SCIORTINO, G. (1990), «Immigration from outside the EEC and migratory policies: the perverse effects of policies designed to block immigration», XIIth World Congress of Sociology, Madrid.
- Vários (1990a), «Dossier. Comment évolue la population française?», in *La recherche*, 224.
- Id. (1990b), «Droit de réponse» e «Démographie: histoire d'un coup médiatique», in *Population et avenir*, 598.